



EDITAL DE LICITAÇÃO N.º 032/2025

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, por intermédio de seu **Diretor Administrativo**, Sr. **SAMIR MOUSSA**, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei n.º **13.303**, de 30 de junho de 2016; bem como pelas disposições dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 15 de dezembro de 2006 e alterações; e pelo **Regulamento Interno de Licitações e Contratos**, aprovado pelo Conselho de Administração da COCEL, na data de 28 de junho de 2018 e publicado no Diário Oficial de Campo Largo, na data de 29 de junho de 2018, realizará o presente procedimento licitatório, visando à contratação de empresa para **prestação de serviços de Vigilância Desarmada, de segunda-feira a sexta feira**, com carga horária semanal de 44 horas a serem executados para a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL**, em conformidade com as descrições e características constantes do ANEXO I do presente Edital de Licitação.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Procedimento Licitatório será realizado em **sessão pública**, no **modo de disputa aberto**, por **meio de videoconferência**.

1.2 A sessão pública por videoconferência será realizada **através do convite recebido no e-mail cadastrado no credenciamento**, com a seguinte mensagem **"junte-se a mim agora em minha sala presencial"**, devendo clicar em Entrar na reunião.

1.3 O e-mail para envio do convite deverá ser encaminhado junto com o envelope das documentações de **CREDENCIAMENTO**.

1.4 Os convites serão encaminhados na data de **18 de agosto de 2025** às 08h50min, **por meio do e-mail cadastrado no envelope do credenciamento**, considerando a abertura da Sessão às 09:00 horas do dia 18/08/2025.

1.5 Os documentos de habilitação dos vencedores serão digitalizados e encaminhados aos demais participantes para conferência da documentação, oportunizando-os efetuar eventual impugnação devendo manifestar-se se houver intenção de recurso durante a sessão virtual.

1.6 Por fim, todos os participantes confirmarão por e-mail que foi oportunizada a conferência dos documentos dos vencedores, bem como deixam de assinar todas as folhas e ata em decorrência da impossibilidade do procedimento virtual, mas que atestam a lisura da licitação.

1.7 Todos os documentos apresentados serão digitalizados e disponibilizados via internet, no sítio eletrônico da COCEL (http://www.cocel.com.br/licitações/licitações/contratos_e_convênios).

1.8 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, observado o interesse da COCEL, a finalidade e a segurança da contratação.



1.9 Os trabalhos serão conduzidos por empregado da COCEL, denominado **Agente de Licitação**, designado mediante Portaria expedida pela Diretoria Executiva, podendo ser auxiliado por equipe de apoio.

1.10 O **valor estimado** do contrato a ser celebrado será **sigiloso**, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

1.11 Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á do vencimento, sendo todos os prazos contados em dias úteis.

1.12 Na hipótese de alteração do presente edital, será enviada comunicação a todas as empresas que retiraram o instrumento, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), bem como, divulgado no site da COCEL.

1.13 Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes de Documentação Complementar e Propostas fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

1.14 Declarada a abertura da Sessão de Disputa de Preços pelo Agente de Licitação, não mais serão admitidos novos proponentes.

1.15 Limite para protocolar os envelopes de CREDENCIAMENTO, de PROPOSTA e de HABILITAÇÃO: até dia **15/08/2025** às **17h00min**, todos os interessados em participar do certame deverão protocolar os citados envelopes, na sede da COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL.

1.16 Abertura das Propostas: 09:00 horas do dia 18/08/2025.

2. DO EDITAL

2.1 O edital desta licitação, aditamentos e esclarecimentos serão disponibilizados gratuitamente, no "site" www.cocel.com.br, no "link" licitações.

2.2 Constitui obrigação do proponente certificar-se periodicamente quanto à emissão de eventuais aditamentos e/ou esclarecimentos sobre este edital.

3. DO INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS

Início da Sessão de Disputa de Preços: **18/08/2025**

HORA: 09:00 horas

LOCAL: **Sessão por videoconferência** transmitida da sala de reuniões da Companhia Campolarguense de Energia- COCEL na Rua Rui Barbosa, nº 520, Centro, Município de Campo Largo – PR, CEP 83601-140.

4. DO OBJETO

4.1 Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para **prestação de serviços de Vigilância Desarmada, de segunda-feira a sexta feira, com carga horária semanal de 44 horas a serem executados para a COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL**, conforme indicado no Anexo I deste Edital.

4.2 Os recursos destinados a esta **Licitação** estão previstos no Orçamento anual do exercício de 2025.

Item orçamentário
3510.08.012

5. DO LOCAL DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços de vigilância desarmada, deverão ser realizados em nossa **Sede**, localizada na Rua Rui Barbosa, 520 – Campo Largo - PR.

6. DA PARTICIPAÇÃO

6.1 Somente poderão participar da presente Licitação as empresas regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam integralmente a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos.

6.2 Não poderão participar desta Licitação, as empresas que foram declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a União, Estado, Distrito Federal, Município ou por esta concessionária, enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.3 Poderão participar do certame, todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições acima estabelecidas, bem como aquelas previstas para o credenciamento constantes deste Edital.

6.4 Na presente Licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

6.5 Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante para o mesmo lote.

6.6 Quando o representante participar em diversos lotes, e com empresas distintas, o mesmo deverá apresentar no credenciamento documento específico para participação, referenciando os lotes que cada empresa participará.

6.7 Conforme determina o artigo 7º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela COCEL a empresa:

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da COCEL;

II - suspensão pela COCEL;

III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pelo município de Campo Largo/PR, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

LICITAÇÃO n.º 032/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL
 Fone (41) 3032-9200 - R. Rui Barbosa, 520 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
 CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

6.8 Aplica-se a vedação prevista no item 6.7:

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) diretor da COCEL;

b) empregado da COCEL cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) Prefeito Municipal de Campo Largo/PR.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a COCEL há menos de 6 (seis) meses.

7. DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

7.1 Conforme dispõe o artigo 47, § 1º do Regulamento de Licitações e Contratos da COCEL, qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar edital de licitação, protocolando o pedido até **05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação**, no endereço sede da concessionária (Rui Barbosa, nº 520, Centro, Município de Campo Largo – PR) ou através do email: licitacoes@cocel.com.br, devendo a COCEL julgar e responder à impugnação, em até 03 (três) dias úteis.

7.2 A impugnação feita tempestivamente não impedirá a licitante de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

7.3 Compete à autoridade competente signatária do instrumento convocatório decidir as impugnações interpostas.

7.4 Se a impugnação for julgada procedente, a COCEL deverá:

I – Na hipótese de ilegalidade insanável, anular a licitação total ou parcialmente;

II – Na hipótese de defeitos sanáveis, corrigir o ato, devendo:

a) republicar o aviso da licitação pela mesma forma que se deu o texto original, devolvendo o prazo de publicidade inicialmente definido, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar a participação de interessados no certame;

b) comunicar a decisão da impugnação a todos os licitantes que retiraram o edital.

7.5 Se a impugnação for julgada improcedente, a COCEL deverá comunicar a decisão diretamente ao Impugnante, dando seguimento à licitação.

7.6 As respostas dadas aos esclarecimentos serão comunicadas a todos os interessados e passam a integrar o instrumento convocatório na condição de anexo, disponibilizando-os, na Internet, no site www.cocel.com.br.

8. DO CREDENCIAMENTO (ENVELOPE Nº 01)

8.1 O **credenciamento para representação** é o procedimento voltado à identificação dos Licitantes e de seus representantes legais, quando aqueles forem pessoas jurídicas, por

meio da comprovação da existência de poderes para a prática de todos os atos inerentes aos mais variados procedimentos praticados pela COCEL, em especial para a formulação de ofertas verbais por videoconferência e prática dos demais atos do certame.

8.2 A sessão pública por videoconferência será realizada através do convite recebido no e-mail cadastrado no credenciamento, com a seguinte mensagem **"junte-se a mim agora em minha sala presencial"**, devendo clicar em Entrar na reunião.

8.3 Para exercer o direito de ofertar lances, é obrigatória a participação da Licitante ou de seu representante, nas Sessões Públicas de videoconferência referentes à licitação.

8.4 A Licitante deverá encaminhar a documentação para credenciamento junto ao **Agente de Licitação (via CORREIOS, TRANSPORTADORA, PROTOCOLO NA SEDE DA COCEL ou OUTRO MEIO DE TRANSPORTE)**, com apenas um Representante Legal ou através de Procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, **será o único admitido a intervir no procedimento licitatório**, no interesse da representada.

8.5 Consideram-se aptos os documentos mencionados no artigo 2º da Lei nº 12.037/2009.

8.6 O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

I - Se dirigente, proprietário, sócio, ou assemelhado da empresa Proponente deverá apresentar cópia do respectivo **estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, ou Inscrição de Firma Individual – FI ou Registro de Empresário-RE, devidamente registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame. Obrigatória a apresentação de documento de identidade ou outro documento apto a tanto.

a) No caso de sociedade por ações, o documento referido deverá estar acompanhado da comprovação de eleição de seus administradores.

II - Se representante legal, deverá apresentar **instrumento público ou particular de procuração, ou Termo de Credenciamento**, outorgado pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante, **com a firma(s) reconhecida(s)**, na forma da Lei, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar razões de recurso, assinar Ata e praticar todos os demais atos inerentes ao certame. Nesta hipótese, deverá a procuração/termo de credenciamento estar acompanhada do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa. **Obrigatória a apresentação de documento de identidade ou outro documento apto a tanto.**

8.7 Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o Termo de Credenciamento/Procuração para o representante da empresa, **a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.**

8.8 As microempresas ou empresas de pequeno porte para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123/06, de 14/12/2006, deverão comprovar sua condição através da apresentação de **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE**

PEQUENO PORTE, a qual deverá ser encaminhado ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento descritos neste artigo.

8.9 Efetuará a apresentação de **DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (ANEXO II)**, a qual deverá ser encaminhada ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento.

8.10 A documentação referente ao credenciamento deverá ser apresentada em envelope devidamente identificado "DO CREDENCIAMENTO", contendo os documentos indicados no item 8.6, bem como as Declarações (DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO e a DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE).

8.11 A não apresentação, incorreção do documento de credenciamento ou ausência do representante na Sessão de Videoconferência, não importará na desclassificação da sua proposta no presente certame, contudo, a proponente não poderá apresentar lances verbais, e nem fazer qualquer manifestação em nome da mesma na sessão de Licitação.

9. DOS ENVELOPES

9.1 Os envelopes com o **"CREDENCIAMENTO"**, **"PROPOSTA DE PREÇOS"** e **"DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO"**, deverão ser entregues ao Agente de Licitação da COCEL, até a data, e horário estabelecidos no item **1.15** deste Edital, fechados por cola ou lacre, com as seguintes indicações:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR. – CEP 83601-140.

LICITAÇÃO n.º 032/2025.

Data de abertura: 18/08/2025.

Horário de abertura: 09:00 horas

Proponente:

CNPJ Nº:

E-mail para envio do link videoconferência:

ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS:

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR. – CEP 83601-140.

LICITAÇÃO n.º 032/2025.

Data de abertura: 18/08/2025.

Horário de abertura: 09:00 horas

Proponente:

CNPJ Nº:

ENVELOPE Nº 03 – DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO:

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

End: Rua Rui Barbosa, n.º 520

Cidade de Campo Largo, PR – CEP 83601-140

LICITAÇÃO n.º 032/2025**Data de abertura: 18/08/2025****Horário de abertura: 09:00 horas**

Proponente:

CNPJ Nº:

10. DO PREÇO MÁXIMO

10.1 Após a conclusão da etapa de lances, o preço final equalizado, com todos os tributos inclusos (ISS e demais impostos que possam incidir), não poderá ultrapassar o preço final ofertado.

10.2 Os proponentes deverão levar em conta para elaboração de suas propostas os fatores a seguir:

10.2.1 Toda a legislação aplicável e todas as condições previstas neste Edital e seus anexos.

10.2.2 O conhecimento dos serviços, bem como de todas as peculiaridades a eles relativos, principalmente periodicidade, horários, quantidades e locais. Não serão levadas em conta, durante a execução dos serviços, quaisquer reclamações que se baseiem no desconhecimento destas condições.

10.2.3 - Todos os custos, eventuais ou não, incidentes direta ou indiretamente sobre o objeto desta licitação, tais como: mão de obra, uniformes, materiais, equipamentos (inclusive de segurança), transporte, hospedagem, itens de alojamento, alimentação, mobilização, desmobilização, treinamento, medicina e segurança do trabalho, infraestrutura, verbas salariais (horas extras, intervalo interjornada ou intrajornada, descanso semanal remunerado - DSR, adicional noturno, adicional de periculosidade e/ou insalubridade, etc.), convênios, seguros, despesas administrativas, perdas eventuais, encargos sociais, tributos, lucros e demais encargos necessários para a perfeita execução do objeto contratual.

10.2.4 A Matriz de Riscos anexa a este Edital, que tem o propósito de identificar riscos, quantificá-los, distribuí-los, de modo equilibrado, adequado e de acordo com a natureza dos riscos e obrigações contratuais entre os contratantes.

11 DOS TRIBUTOS E TAXAS**11.1 DO ISS - IMPOSTO SOBRE SERVIÇO**

11.1.1 A proponente vencedora será responsável pelo recolhimento do ISS - Imposto Sobre Serviço, observando-se a alíquota legal do município de Campo Largo – PR, onde se localiza o serviço objeto da presente Licitação.



11.1.2 A proponente vencedora deverá recolher o ISS - Imposto Sobre Serviço, com base na alíquota prevista na legislação tributária do município de Campo Largo – PR, onde se realizarão os serviços e comprovar o recolhimento perante a COCEL para liberação da fatura, sujeito a confirmação por esta.

11.1.3 A não apresentação da guia de recolhimento devidamente autenticada pelo agente arrecadador e em original acompanhada de cópia, confere à COCEL o direito de fazer a retenção com base na alíquota legal do município de Campo Largo – PR.

11.2 - DO ALVARÁ DE LICENÇA E/OU EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

11.2.1 - Fica a cargo da proponente vencedora a obrigação relativa ao recolhimento de taxas de alvará de licença e/ou taxa de licença para execução dos serviços.

11.3 - DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

11.3.1 - A proponente vencedora será responsável pela Contribuição Social, a qual deverá fazer parte da proposta a ser apresentada na data designada para abertura da licitação, observando-se a alíquota legal na forma da legislação previdenciária atual, que incidirá sobre o valor da mão de obra utilizada nos serviços objeto da presente Concorrência.

11.4 - DOS DEMAIS TRIBUTOS E TAXAS INCIDENTES SOBRE O SERVIÇO

11.4.1 - A proponente vencedora será responsável pelo recolhimento e comprovação de todos os demais tributos incidentes sobre o serviço objeto da presente licitação, devendo, quando exigido, exhibir o comprovante de recolhimento à COCEL, devendo para tanto, considerar na proposta a ser apresentada.

12. DA PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE N.º 2)

12.1 O envelope "PROPOSTA DE PREÇO" deverá conter a proposta da proponente, a qual deverá ser apresentada conforme modelo de proposta (Anexo V), observando-se as seguintes disposições:

a) Ser apresentada em uma via, em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, em papel timbrado do proponente ou identificada com o n.º do **CNPJ**, sem ressalvas, emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devendo suas folhas ser numeradas e rubricadas e a última assinada por seu representante legal;

b) Os preços propostos deverão ser expressos em Real (R\$), em algarismos e por extenso, devendo ser apresentado o valor unitário e o valor total de cada item, não se admitindo cotação em moeda estrangeira;

c) No(s) preço(s) proposto(s) e nos lances que oferecer, já deverão estar incluídos todos os custos necessários para o fornecimento do(s) objeto(s) da licitação, bem como todos os impostos, ICMS substituição, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado;

d) Conter prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da abertura da referida proposta;

e) O preço é fixo e sem reajuste pelo período de 12 (doze) meses;

12.2 Apenas para efeito de ordenamento de valores das propostas, ocorrendo discordância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os primeiros, e entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos.

12.3 Os preços iniciais propostos serão de exclusiva responsabilidade do proponente, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE N.º 3)

13.1 Do **envelope n.º 03 – “DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO”**, deverão constar os seguintes documentos, válidos na data de abertura desta licitação:

13.1.1 Para comprovação da **habilitação jurídica**:

I - Cédula de Identidade e prova de inscrição no CPF – Cadastro de Pessoa Física, no caso de licitante pessoa física;

II – Prova de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;

III – Registro Comercial, no caso de empresa individual (Empresário);

IV - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais (Sociedade Empresária), acompanhado de documentos da eleição de seus administradores;

V - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis (Sociedade Simples), acompanhada de prova de diretoria em exercício;

VI - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

VII - documentos (RG e CPF) dos sócios e administradores.

§1º A documentação requerida relativa à habilitação jurídica, salvo a exigida nos incisos I, II e III, pode ser substituída pela Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial, para firmas individuais (Empresário) ou sociedades mercantis (Sociedade empresária), ou Certidão em breve relatório expedida pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas para Sociedades Civis.

§2º A documentação apresentada na fase do credenciamento, no subitem **8.6**, é dispensada da apresentação **em duplicidade** no envelope de documentação.

§3º O Objeto Social especificado nos documentos acima, determina a participação da Empresa nas licitações promovidas pela COCEL, devendo ser totalmente compatível com o objeto licitado.

13.1.2 Para comprovação da regularidade fiscal:

- I** – Prova de regularidade com o **INSS**, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- II** – Prova de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), e
- III** - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos da Lei nº 12.440 de 7 de julho de 2011.

13.1.3 Para comprovação da qualificação técnica:

- I** - Pelo menos um atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, explicitando o serviço prestado, que comprove experiência da proponente na execução dos serviços com características compatíveis com o objeto desta licitação, bem como o nome, endereço, telefone e fax do atestante, acompanhado da **cópia do contrato** que deu suporte à contratação.
- II** - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

13.1.4 Para a comprovação da qualificação econômica e financeira:

- I** - Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.
- II** - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.
- §1º** Quanto às demonstrações contábeis, entende-se que estas serão “apresentadas na forma da Lei” nas seguintes situações e condições:
- I** - As Demonstrações Contábeis devem conter o Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado.
- II** - As empresas que publicam suas Demonstrações Contábeis na imprensa Oficial, poderão apresentar cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União, do Estado, ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a empresa, ou em jornal de grande circulação;
- III** - As empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar em documentos impressos extraídos do livro digital, tais como: o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital e o Recibo de entrega do livro digital.



IV - As empresas constituídas no Exercício em curso, deverão enviar cópia do último Balancete de Verificação, devidamente assinado pelo Profissional Contábil e Representante Legal da Empresa.

V - Até 30 de abril serão aceitas Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado, após esta data é obrigatória à apresentação das Demonstrações do último exercício encerrado;

VI - Para as empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do Art. 2º do Decreto Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), fica prorrogado até o dia 30 de junho a aceitabilidade das Demonstrações Contábeis do penúltimo exercício encerrado.

VII - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Profissional de Contabilidade, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa.

§2º As Demonstrações Contábeis devem ser referentes a um exercício completo, exceto o Balanço de Abertura que será apresentado por empresas constituídas no exercício em curso.

§3º Para microempresas e empresas de pequeno porte inscritas no SIMPLES, a exigência pertinente a balanço patrimonial será atendida mediante a apresentação do resumo de suas demonstrações contábeis.

§4º A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

VIII - A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de **Liquidez Geral** (LG), **Solvência Geral** (SG) e **Liquidez Corrente** (LC), **devendo os referidos índices apresentar valores maiores que um inteiro (>1)**, resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

IX - O Balanço Patrimonial deverá vir acompanhado da demonstração dos resultados calculados conforme os índices abaixo:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1.0 (um) apurado pelo quociente:

$$\text{ILC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (IGL) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$\text{IGL} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

Índice de Liquidez Corrente (LC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$\bullet \text{ Liquidez Corrente (LC)} \\ \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



Grau de Endividamento (GE) igual ou inferior a 0,70 (zero vírgula setenta) apurado pelo quociente:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

a) O cálculo dos índices deverá ser apresentado pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

✓ Os índices serão calculados com duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculo juntado ao balanço.

13.2 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

13.2.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, mediante cópia autenticada por cartório competente ou por empregado da COCEL, membro da Comissão de Licitação, por publicação em órgão da imprensa oficial ou obtidos pela internet em sítios oficiais do órgão emissor.

13.2.2 Somente os documentos de comprovação de habilitação jurídica **(13.1.1)**, regularidade fiscal **(13.1.2)** e qualificação econômica e financeira **(13.1.4)** poderão ser substituídos, total ou parcialmente, pelo **Certificado de Registro Cadastral – CRC da COCEL, desde que apresentado dentro do envelope de habilitação**.

13.2.3 Os proponentes ficam obrigados a apresentar, na fase de habilitação do procedimento licitatório, os documentos válidos em substituição àqueles que estejam vencidos e que deram origem à emissão do Certificado de Registro Cadastral da COCEL (CRC), e os documentos de comprovação de comprovação da qualificação técnica **(13.1.3)**.

13.2.4 Constatada a ausência de algum documento de regularidade indicado no item regularidade fiscal **(13.1.2)**, a **COCEL** poderá juntar o documento faltante ao processo, desde que ele possa ser emitido via internet e sem ônus para a **COCEL**, devendo-se registrar em ata a ocorrência.

13.2.5 As certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária, desde que assim instituídas pelo órgão emissor, poderão ser emitidas pela internet, sendo válidas independentemente de assinatura ou chancela de servidor dos órgãos emissores, mas sujeito a verificação da autenticidade pela rede de comunicação, perante o órgão emissor.

13.2.6 A inabilitação da licitante importa a perda do direito de participar das fases seguintes.

13.2.7 Para os documentos sem prazo de validade, será considerado o prazo de **60 (sessenta) dias** a partir da data de sua expedição, com exceção do CNPJ e da Certidão Simplificada cujos documentos consideramos validade indeterminada.

13.2.8 Poderá ser solicitada a comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, mediante, dentre outros documentos, de cópia do respectivo contrato, endereço da contratante e local em que foram prestados os serviços.

13.2.9 As empresas que não apresentarem todos os documentos exigidos, ou apresentarem incompletos, incorretos, **serão consideradas inabilitadas**, salvo a exceção prevista no item **13.2.4** e que não seja possível diligência.

13.2.10 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição:

a) Conforme dispõe o artigo 43 da LCP 123/06, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

b) A não regularização da documentação, no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, assinatura do contrato ou revogar a licitação.

14. DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

14.1 Declarada aberta a **Sessão de Videoconferência** pelo Agente de Licitação, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início aos trabalhos da Licitação.

14.2 Primeiramente serão abertos os envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS, sendo verificada sua conformidade, de acordo com os requisitos estabelecidos neste Edital, **sendo desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.**

14.3 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Licitação.

14.4 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

14.5 Os documentos e propostas serão rubricados pelo Agente de Licitação e equipe de apoio, digitalizados e encaminhados aos demais participantes.

14.6 Em havendo necessidade de diligência, a Comissão de Licitação poderá suspender a sessão para analisar os documentos e as propostas, marcando, na oportunidade, nova data e local a fim de dar prosseguimento aos trabalhos.

14.7 O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder da Comissão Permanente de Licitação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo após aquele período, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inutilização do mesmo.

15. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

15.1 Considerando a adoção do modo de **disputa aberta**, as licitantes apresentarão **lances verbais públicos e sucessivos**, de forma individual, obedecendo à **sequência decrescente dos valores das propostas**, até a proclamação da vencedora.

15.2 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, a ordem para determinação de oferta dos lances será definida pelo sistema.

15.3 É vedada a oferta de lance intermediário e ou com vistas ao empate.

15.4 Dada a palavra à Licitante, esta disporá de 05 (cinco) minutos para apresentar nova proposta.

15.5 A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão da Licitante da disputa de lances, e a manutenção do último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

15.6 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Agente de Licitação, **as Licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances**.

15.7 Será dado o direito de preferência para **MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, desde que seu último lance esteja no intervalo de **10% (dez por cento)** superior ao melhor preço, conforme determina o art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06.

15.8 A Proponente não poderá desistir de lance já ofertado sujeitando-se às penalidades constantes neste Edital.

15.9 Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, **será promovida a verificação de sua efetividade**, promovendo-se a desclassificação daquelas que:

I - contenham vícios insanáveis;

II - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III - apresentem preços manifestamente inexequíveis;

IV – após esgotada a fase de lances e de negociação, se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;

V - não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela COCEL;

VI - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

15.10 A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

15.11 A COCEL poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, na forma do inciso V do item 15.9.



15.12 A eventual incorreção na planilha de custos e formação de preços constitui mera irregularidade e, superada posteriormente, desde que sem alteração do preço global, não impede a habilitação, conforme prevê o art. 55 §1º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, o qual prevê a possibilidade de diligência destinada a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo e na forma do item 15.11.

16. CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

16.1 O critério de julgamento da presente licitação é o **MENOR PREÇO**.

17. DA NEGOCIAÇÃO E DA DECLARAÇÃO DE VENCEDORA

17.1 Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, **o Agente de Licitação deverá negociar condições mais vantajosas com quem a apresentou.**

17.2 A negociação deverá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

17.3 O Agente de Licitação poderá revelar nesta fase de negociação o valor do orçamento estimado.

17.4 Se depois de adotada a providência referida no item anterior, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

17.5 Sendo aceitável a proposta, será aberto o **Envelope nº 02** contendo a **"DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO"**, para confirmação das suas condições habilitatórias.

17.6 Constatado o atendimento pleno das exigências do Edital, **será declarada a Proponente vencedora do certame.**

17.7 A proponente vencedora deverá apresentar, em até 03 (três) dias úteis após o comunicado de vencedora do certame, a PROPOSTA COMERCIAL redigida em português, assinada pelo seu representante legal, devidamente identificada, com os respectivos valores ajustados ao valor adjudicado (menor preço) na sessão pública de Licitação, em papel timbrado ou personalizado, contendo razão social completa do proponente, endereço, telefone e e-mail da empresa, através do e-mail licitacoes@cocel.com.br, ou no seguinte endereço:

DIVISÃO DE LOGÍSTICA E COMPRAS COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL RUA RUI BARBOSA, Nº 520, CENTRO, CAMPO LARGO – PR.

17.8 Da Sessão lavrar-se-á Ata circunstanciada na qual serão registradas ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Agente de Licitação e pela equipe de apoio e pelos Licitantes presentes.

18. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

18.1 Declarada a vencedora do certame, o Agente de Licitação efetuará a adjudicação do objeto a vencedora.

18.2 Em havendo interposição de recurso, o ato de adjudicação deverá ser efetivado pelo Diretor Administrativo, na condição de autoridade competente.

18.3 Estando o processo licitatório regularmente formado e desenvolvido, o Diretor Administrativo irá homologá-lo.

18.4 A homologação do resultado implica a constituição de direito subjetivo líquido e certo relativo à celebração do contrato em favor do licitante adjudicatário, observados os termos e condições fixados no instrumento convocatório e em sua proposta ou lance.

19. DOS RECURSOS

19.1 O procedimento licitatório terá fase recursal única.

19.2 Os licitantes poderão apresentar recurso **no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a habilitação**, o qual contemplará, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados na fase de julgamento das propostas de preço.

19.3 A intimação dos atos referidos no item anterior será feita mediante publicação no site da COCEL, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo, bem como, realizada a comunicação direta aos licitantes, salvo se presentes os prepostos de todos os licitantes participantes do certame no ato em que foi adotada a decisão, caso em que a comunicação será lavrada em ata.

19.4 O recurso que versar sobre habilitação/inabilitação ou sobre classificação/desclassificação de propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

19.5 Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar **contrarrrazões no prazo de 05 (cinco) dias úteis**.

19.6 Os autos deste processo permanecerão franqueados aos interessados.

19.7 O recurso e as contrarrrazões serão dirigidos ao Agente de Licitação que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade, podendo reconsiderar ou não a decisão recorrida no prazo de 05 (cinco) dias úteis e, independentemente de sua decisão, fazê-lo subir à segunda instância administrativa, devidamente informado, cabendo à autoridade superior proferir a decisão final no prazo de 05 (cinco) dias úteis do seu recebimento.

19.8 As decisões dos recursos interpostos deverão ser intimadas diretamente aos licitantes por meio eletrônico, além de serem publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo – PR, bem como, realizada a comunicação no site da COCEL.

LICITAÇÃO n° 032/2025



19.9 O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20. DO CONTRATO

20.1 Será firmado contrato entre a COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL e a empresa vencedora, conforme minuta anexa a este Edital, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da intimação para assinatura do mesmo, relativo ao fornecimento do objeto deste Edital.

20.2 Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo proponente vencedor que tenham servido de base para a presente licitação, bem como as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

20.3 Caso a empresa vencedora venha a desistir da assinatura do Contrato, no prazo estabelecido no item 20.1, a COCEL reserva-se no direito de aplicar, no que couber, as sanções previstas no artigo 207 do Regulamento de Licitações e Contratos da COCEL.

20.4 É facultado à COCEL, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos:

I - convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório;

II - revogar a licitação.

20.5 Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

20.6 No ato da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar Instrumento Público ou Particular de Mandato, outorgando poderes ao signatário da contratação quando não se tratar de sócio ou diretor autorizado através do estatuto ou contrato social.

20.7 No 1º pagamento após celebração do contrato, resultado do presente procedimento licitatório, o proponente vencedor deverá apresentar garantia no valor de **5% (cinco por cento) do valor do contrato**, por meio de uma das seguintes modalidades:

- carta de fiança bancária;
- seguro-garantia;
- caução em dinheiro.

20.7.1 No caso de prorrogação da vigência, a garantia deverá ser renovada por igual período e de acordo com o valor atualizado do Contrato.

20.7.2 Caso haja acréscimo no valor do Contrato, o valor da garantia deverá ser suplementado no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor acrescido.

20.7.3 Disponibilizar à COCEL, cópia do comprovante de quitação do prêmio junto à instituição financeira da garantia apresentada (no caso de seguro-garantia ou carta de fiança bancária). O comprovante de quitação deverá integrar a garantia apresentada à

COCEL. No caso de parcelamento da quitação do prêmio, o comprovante deverá ser apresentado conforme o cronograma das parcelas.

20.7.4 Quando a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA for a caução em dinheiro, o depósito deverá ser realizado em conta bancária, de acordo com os dados fornecidos pela COCEL. O depósito deverá ser identificado com o nome da empresa depositante e o respectivo CNPJ. O comprovante de depósito deve ser encaminhado, via e-mail para a área gestora do Contrato com cópia para a área Financeira.

20.7.5 A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída no prazo de até 90 (noventa) dias após a execução e recebimento definitivo do objeto contratual, mediante solicitação formal da CONTRATADA e apresentação de certidão negativa de regularidade com o INSS e FGTS.

20.7.6 A garantia somente será liberada mediante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

20.7.7 A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá assegurar o pagamento de:

- **a)** prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato;
- **b)** prejuízos diretos causados à COCEL decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;
- **c)** multas moratórias e punitivas aplicadas pela COCEL à CONTRATADA; e
- **d)** obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

20.8 O extrato do contrato será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 A Licitante que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Edital, ficará sujeita às penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, respeitando-se os princípios do contraditório e da ampla defesa.

21.1.1 Serão consideradas condutas passíveis de aplicação de penalidades, ao proponente, dentre outras, se cabíveis:

- a) desistência da proposta ofertada, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo COCEL – multa de 10% (dez por cento);
- b) não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do Contrato ou retirada do instrumento equivalente – multa de 15% (quinze por cento);
- a) apresentar documento ou declaração falsa – 20% (vinte por cento);
- b) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação – 20% (vinte por cento);
- e) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo – 20% (vinte por cento); e



f) interposição de recursos meramente procrastinatórios - Multa de 5% (cinco por cento).

21.2. As multas serão calculadas sobre o valor global da proposta.

21.3. Ocorrendo mais de uma infração, as multas serão cumulativas até o limite de 40% (quarenta por cento), e não eximem a possibilidade da aplicação da penalidade de suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a COCEL, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

22. DO PAGAMENTO, IMPOSTOS E DOS PRAZOS

22.1 O pagamento pela prestação do serviço objeto da presente licitação será realizado mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da execução do serviço, mediante entrega da Nota Fiscal na sede da COCEL e o atesto do Gestor do Contrato.

22.2 O prazo de execução do contrato, objeto da presente licitação, inicia-se com a efetiva prestação dos serviços, e terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogável por períodos iguais e sucessivos, limitando-se a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo, com fundamento no **art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.**

22.3 Deverá ser emitida nota fiscal mensal.

22.4 O CNPJ constante da nota fiscal deverá ser o mesmo constante da Proposta, bem como o indicado para consulta durante a fase de habilitação.

23. DA INDICAÇÃO DO AGENTE DE LICITAÇÃO

23.1 O **Agente de Licitação** responsável pela presente Licitação será a Sra. **Ana Laura Lagner**, designada pela Portaria n.º 007/2025, de 15/07/2025.

23.2 Na ausência do Agente de Licitação responsável, a presente Licitação será conduzida e julgada por um dos empregados públicos designados pela Portaria **n.º 007/2025**, de 15/07/2025.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, serão partes integrantes do instrumento contratual, independentemente de transcrição.

24.2 As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.3 Nenhuma indenização será devida as proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação exigida pelo presente Edital, cujo desconhecimento não poderá alegar.

24.4 A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

24.5 O Diretor Presidente da COCEL poderá revogar a presente licitação em face de razões de interesse público, derivado de fato superveniente devidamente comprovado,

pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

24.6 Os recursos ou impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

24.7 É facultado à Comissão de Licitação e ao Agente de Licitação, em qualquer fase do certame, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta, documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

24.8 A Comissão de Licitação e o Agente de Licitação poderão conceder aos Licitantes o prazo de 3 (três) dias úteis para a juntada posterior de documentos cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da apresentação da proposta.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Licitação.

24.10 As normas que disciplinam esta Licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público e a segurança jurídica da contratação.

24.11 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para o recebimento das propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.12 Para as proponentes que se enquadram na Lei Complementar nº 123/2006, como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Equiparadas, será observado o regime diferenciado em conformidade com os artigos 42 a 49 do referido diploma legal.

24.13 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da COCEL, especialmente designado pelo Diretor Presidente.

24.14 A fiscalização será exercida no interesse da COCEL e não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

24.15 A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário sobre o objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

24.16 Será competente o Foro da Comarca de Campo Largo - PR, para solução das questões oriundas do presente Edital.

24.17 Aos casos omissos aplicam-se as demais disposições da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.



25. PUBLICIDADE

25.1 O Aviso deste Edital e os demais atos relativos à publicidade do certame, conforme o caso, serão publicados no site da COCEL – www.cocel.com.br.

26. INFORMAÇÕES

26.1 Divisão de Logística e Compras – Sede da COCEL – Rua Rui Barbosa, nº 520, Campo Largo – PR, fone (41) 3032-9214, 3032-9222 ou 3032-9244, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00; no site da COCEL – www.cocel.com.br; ou através do email: licitacoes@cocel.com.br.

Campo Largo, 23 de julho de 2025.

SAMIR MOUSSA

Diretor Administrativo

ANEXOS:

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** – Modelo de Declaração de Idoneidade, de cumprimento dos requisitos de habilitação, e de inexistência de fato impeditivo;
- **Anexo III** - Modelo de Procuração de representante legal para credenciamento;
- **Anexo IV** - Declaração de Microempresa e ou Empresa de Pequeno Porte;
- **Anexo V** – Modelo para apresentação da Proposta;
- **Anexo VI** – Minuta do Contrato Estatal;

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Constitui objeto do **Edital de Licitação n.º 032/2025** a contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de acordo com a descrição abaixo:

ITEM ÚNICO - Contratação de empresa para prestação de **serviços de Vigilância Desarmada, de segunda-feira a sexta feira**, com carga horária semanal de 44 horas a serem executados para a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL** na sede da COCEL.

A empresa contratada deverá disponibilizar 01 (um) posto de vigilância, de segunda à sexta-feira, com carga horária semanal de 44 horas, sendo a jornada de trabalho de 8h48 diárias, das 07h30 às 17h18, com 01 (uma) hora de intervalo de almoço, podendo haver alterações no horário diurno.

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. A prestação de serviços deverá compreender:

- a) Guarda e proteção do patrimônio da sede da Cotel;
- b) Monitoramento preventivo das áreas internas e externas;
- c) Controle de acesso ao pátio da Cotel de empregados, terceiros e veículos;
- d) Controle de acesso, permitindo a entrada somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- e) Registro diário de entrada e saída de veículos;
- f) Fiscalização do fluxo de pessoas, com especial atenção àquelas não vinculadas ao serviço, nas áreas de entrada e saída;
- g) Comunicação imediata às autoridades em casos de suspeita de ilícitos;
- h) Adoção de medidas preventivas diante de eventuais ilícitos cometidos contra o patrimônio da Cotel, ou contra servidores e munícipes que estejam no imóvel vigiado conforme orientação e dentro dos limites legais.
- i) Comunicação de qualquer irregularidade observada que possa comprometer o patrimônio da COCEL;
- j) Recebimento de correspondências;

3. ESTRUTURA MÍNIMA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) O profissional designado deverá ter idade mínima de 21 anos;
- b) O profissional designado deverá possuir escolaridade mínima Ensino Fundamental Completo;



- c) A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE o atestado negativo de antecedentes criminais dos profissionais oferecidos para atuar nas instalações da Administração;
- d) Uniforme padronizado;
- e) Crachá de Identificação padronizado;
- f) Fornecimento de benefícios suplementares (auxílio transporte, auxílio alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força da lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho;

4 DO LOCAL DO SERVIÇO

4.1 Os serviços, objeto desta licitação, deverão ser realizados em nossa **SEDE** à Rua Rui Barbosa, 520 - Centro – CAMPO LARGO – PR.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Garantir que seu pessoal esteja devidamente uniformizado, portando crachá de identificação e equipado com os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, conforme especificado na tabela abaixo;
- b) Providenciar a substituição dos empregados, por motivo de falta, **até no máximo 02 horas** a partir do horário de trabalho, e substituição no período de férias, licença ou demissão, de forma a evitar a interrupção dos serviços.
- c) Substituir de imediato, qualquer profissional cuja conduta seja considerada inconveniente ou que não apresente competência para realização dos serviços.
- d) Efetuar o pagamento dos salários aos profissionais envolvidos nos serviços, até o 5º dia útil do mês subsequente, possibilitando a conferência do pagamento por parte da Administração sempre que solicitado.
- e) Cumprir as obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.
- f) Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Contratante. Apresentar no início de cada exercício, ao fiscal do contrato, a relação anual de férias dos profissionais envolvidos nos serviços.
- g) Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade dos seus empregados.
- h) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- i) Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, impostos, taxas administrativas.
- j) Respeitar normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso as dependências;



k) Comunicar ao contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

l) Na execução do objeto, a contratada se obriga a respeitar, rigorosamente, durante o período de vigência deste contrato, as normas de higiene e segurança, lei 6.514 de 22 de dezembro de 1977, por cujos encargos responderão, devendo observar também os requisitos de qualidade, determinados pelo contratante.

6. DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA PELA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME PARA INTEGRAÇÃO.

6.1. Para realização da integração o prestador deverá encaminhar para o Setor de Segurança, via e-mail, em formato PDF, as seguintes documentações:

- a) Relação dos profissionais (contendo nome, posto de atendimento e horário de trabalho);
- b) Documentos pessoais (RG e CPF);
- c) Comprovante de Escolaridade;
- d) Atestado negativo de antecedentes criminais dos profissionais oferecidos para atuar nas instalações da Administração;
- e) Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo vigente;
- f) Contrato de trabalho, assinado pelo trabalhador e pela empresa;
- g) Ficha registro do empregado;
- h) Comprovante de registro no E-Social;
- i) CTPS página da foto;
- j) Páginas da CTPS com o devido registro do profissional;
- k) Página da CTPS da qualificação civil e foto do profissional;
- l) PGR: Programa de Prevenção de Riscos, dentro da revisão válida, assinada pelo responsável da elaboração e pelo responsável pela empresa;
- m) PCMSO: de acordo com os critérios e riscos apresentados no PGR; dentro da revisão válida, assinada por médico do trabalho com registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e pelo responsável pela empresa;
- n) ASO (atestado de saúde ocupacional) conforme função da CTPS e de acordo com os exames indicados no PCMSO;
- o) Certificado dos cipeiros ou designado de CIPA conforme NR-05 (se for o caso);
- p) LTCAT (Laudo técnico de condições do ambiente de trabalho) com ART;
- q) Cópia da O.S. (Ordem de Serviço, NR-1) conforme função da CTPS;
- r) Fichas de controle de EPIs devidamente preenchidas, contendo os respectivos Certificados de Aprovação (CA), data de entrega e assinaturas dos empregados;

Documentos de contratação deverão ser enviados nos e-mails: cleuza@cocel.com.br, annelize@cocel.com.br.

6.2 PRAZOS E PROCEDIMENTOS:

- a. Após a confirmação do recebimento da documentação, o Setor de Segurança do Trabalho da CONTRATANTE terá o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para análise.
- b. A documentação será considerada aprovada somente após a confirmação pelo Setor de Segurança do Trabalho.
- c. Após a aprovação da documentação, o gestor do contrato entrará em contato com a CONTRATADA, para informar sobre o início da prestação de serviços.

6.3 INTEGRAÇÃO DO EMPREGADO

- a) O empregado poderá comparecer na sede da CONTRATANTE para a integração no próximo dia útil após a data de aprovação da documentação.
- b) **A efetiva prestação dos serviços** contratados inicia-se com a integração de habilitação do profissional;
- c) O profissional disponibilizado pela CONTRATADA só será considerado habilitado para iniciar o atendimento na CONTRATANTE ou substituir outro, depois de realizar a integração.

6.4 SUBSTITUIÇÕES DE EMPREGADOS

- a) Quando necessária à substituição do profissional disponibilizado pela CONTRATADA por motivo de férias, licenças, rescisão do contrato de trabalho, entre outros motivos, o novo empregado que vier a substituí-lo a CONTRATADA deverá apresentar documentação de contratação listada no item 6.1 e o empregado substituto deverá passar pelo processo de integração;
- b) A substituição de profissionais não implicará em acréscimo ao valor do contrato.

7 DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS MENSALMENTE

7.1 Obrigatória à apresentação mensal a COCEL, dos comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, sob pena de bloqueio do pagamento até que sejam apresentados:

- a) Folha de pagamento dos empregados;
- b) Guia de recolhimento do FGTS;
- c) Guia de Recolhimento do INSS;
- d) Guia de recolhimento do ISS;
- e) Relação dos empregados que atuam diretamente na execução do objeto do contrato;
- f) Holerite assinado pelo empregado;
- g) Comprovante de depósito do valor constante no holerite, do mês corrente;
- h) Comprovante de disponibilização do vale alimentação e demais benefícios que constam em convenção coletiva;
- i) Prova de regularidade para com a Seguridade Social, através da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND ou CPD-EN);



- j) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- k) Prova de regularidade trabalhista através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

7.2 Entregar a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão de contrato, após o último mês de prestação de serviços; no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de extinção ou rescisão:

- a) Termo de rescisão do contrato de trabalho do empregado prestador de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento e comprovante de pagamento da contribuição previdenciária e do FGTS, referente à rescisão contratual;
- c) ASO demissional (atestado de saúde ocupacional) conforme função da CTPS e de acordo com os exames indicados no PCMSO;

8. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

8.1 Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021, que estabelece as regras de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica.

8.2 Lei Federal nº 13.303/16, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

8.3 Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

9 PRAZO DE EXECUÇÃO

9.1 O prazo para a execução dos serviços, objeto da presente licitação, é de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogável por períodos iguais e sucessivos, limitando-se a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo, com fundamento no **art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.**

9.2 – Transcorridos 12 (doze) meses da execução contratual, a Contratada poderá solicitar a repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, desde que demonstrada à variação analítica dos componentes de custos da parcela referente à mão de obra do contrato, conforme disciplina o art. 180 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

9 DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Annelize Karyne Coelho Mazul, Gerente da Divisão de Recursos Humanos.

11 IMPOSTOS, TAXAS E DEMAIS OBRIGAÇÕES FISCAIS

11.1 Caberá à Contratada o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou vierem a incidir sobre o objeto da contratação, até o recebimento definitivo dos serviços, bem como, ficará responsável por reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

11.2 A contratada deverá manter durante a vigência da execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação necessárias para a contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.

12. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

12.1. Referenciamos que a presente despesa está prevista no item orçamentário nº 3510.08.012, e que a presente contratação tem amparo legal no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL e na Lei nº 13.303/16.

13. DO PRAZO DE PAGAMENTO

13.1 O pagamento dos serviços será efetuado até o 5º dia útil subsequente ao mês da execução do serviço, conforme apresentação da nota fiscal e documentos constantes no item 7.1 condicionado a realização de vistoria final pela Gerente de Recursos Humanos da COCEL.

14. ESPECIFICAÇÃO DE EPIs E UNIFORMES

14.1 Os EPIs e uniformes necessários à prestação do serviço deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada, devendo ser entregues no primeiro dia de trabalho, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano e deverão ser disponibilizados pela empresa CONTRATADA, a qual será responsável por todos os custos relativos à aquisição e substituição.

PEÇA	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÕES
Camisa	02	Camisa manga curta, com bolso na parte superior do lado esquerdo, sobreposto, com identificação da empresa, bordados ou impresso na parte externa do bolso.
Calça	02	Calça em tecido tipo Brim/terbrim, na cor preta, calça com 02 bolsos laterais, 02 bolsos traseiros, embutidos ou no modelo padrão da empresa.
Jaqueta	01	Jaqueta forrada, na cor preta, com identificação da empresa, bordados ou impresso, na parte da frente ao lado esquerdo.
Calçado de Segurança	02	Com apresentação de CA.

ANEXO II**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO.**

(Empresa), pessoa jurídica de direito privado, registrada sob CNPJ nº, localizada na Rua, no Município de, por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, **DECLARA** sob as penalidades legais, para fins de participação na **LICITAÇÃO Nº 032/2025**, que não se encontra inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública, e de que não se enquadra em nenhuma hipótese de impedimento para contratar com a COCEL, conforme disciplina o artigo 7º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL, cumprindo plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos, assumindo integralmente a responsabilidade pelo fornecimento do seu objeto.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em ____ de _____ de 20____.

(assinatura da proponente)

OBS: Este documento NÃO deverá ser incluído nos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, devendo ser encaminhados ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento, conforme item 8.10.

"8.10 Efetuará a apresentação de DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE, DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO (ANEXO II), a qual deverá ser encaminhada ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento."

ANEXO III

PROCURAÇÃO

(Empresa) com sede (endereço), (CNJP), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is), ao final assinado(s), nomeia e constitui seu bastante procurador, (nome), (qualificação), (RG), (CPF), (residência), ao qual outorga(m) poderes específicos para representar a outorgante na **LICITAÇÃO Nº 032/2025**, em especial para formular lances, manifestar intenção de interpor recursos ou declinar do direito de fazer uso do mesmo, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao referido certame licitatório, podendo ainda requerer, impugnar, desistir, assinar qualquer tipo de documento ou instrumento, que for necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Local, dia/mês/ano.

(Assinatura) _____

(nome e cargo do representante legal)

OBS: Este documento NÃO deverá ser incluído nos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, devendo ser encaminhado ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento, conforme item 8.6., II.

“item 8.6. II - Se representante legal, deverá apresentar instrumento público ou particular de procuração, ou Termo de Credenciamento, outorgado pelo(s) representante(s) legal(is) da licitante, com a firma(s) reconhecida(s), na forma da Lei, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar razões de recurso, assinar Ata e praticar todos os demais atos inerentes ao certame. Nesta hipótese, deverá a procuração/termo de credenciamento estar acompanhada do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.”

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE MODELO

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa..... está inscrita como **MICROEMPRESA E OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, não estando incurso em nenhuma condição de que impeça de usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, para licitar ou contratar com a Administração Pública.

....., de de

.....
(Assinatura do representante legal da empresa)

OBS: Este documento NÃO deverá ser incluído nos envelopes de Proposta de Preços e de Documentos de Habilitação, devendo ser encaminhado ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento, conforme item 8.9.

OBS: "item 8.9 As microempresas ou empresas de pequeno porte, para se utilizarem dos benefícios introduzidos pela Lei Complementar n.º 123/06, de 14/12/2006, deverão comprovar sua condição através da apresentação de **DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, a qual deverá ser encaminhada ao Agente de Licitação, juntamente com os documentos para credenciamento descritos neste artigo."

ANEXO V**PROPOSTA**

À

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL

Ref.: LICITAÇÃO N.º 032/2025

Prezados Senhores:

Tem a presente a finalidade de apresentar a nossa proposta para **prestação de serviços de Vigilância Desarmada, de segunda-feira a sexta feira.**, com carga horária semanal de 44 horas a serem executados para a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL**, de acordo com as quantidades e características constantes do Anexo I, do **Edital de Licitação n.º 032/2025**, considerando:

1. que o prazo de validade da Proposta, contado a partir da data de sua apresentação, é de 60 (sessenta) dias;
2. que assumimos inteira responsabilidade pela execução dos serviços, nos sujeitando as condições estabelecidas no ato convocatório e seus anexos;
3. que todas as despesas com a preparação e a apresentação da presente Proposta, correrão unicamente por nossa conta;
4. que concordamos em firmar o contrato para execução dos serviços relacionados nesta proposta, pelo(s) preço(s) apresentado através do lance registrado e oferecido por nosso representante credenciado;
5. que o preço ofertado é de:

ITEM ÚNICO - Contratação de empresa para **prestação de serviços de Vigilância Desarmada, de segunda-feira a sexta feira.**, com carga horária semanal de 44 horas a serem executados para a **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL**, com a disponibilização de **UM** posto de trabalho, de segunda a sexta feira, no horário das 07:30 às 17:18h, com 01 (uma) hora de intervalo, é de R\$......(.....), por mês, totalizando a importância de R\$...... para 12 (doze) meses, considerando a PLANILHA DE PREÇOS abaixo descrita.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS**Discriminação dos Serviços**

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Salário Normativo da Categoria Profissional	
D	Categoria Profissional (vinculada à execução contratual)	

LICITAÇÃO n.º 032/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL
Fone (41) 3032-9200 - R. Rui Barbosa, 520 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00

E	Data base da categoria (dia/mês/ano)	
----------	--------------------------------------	--

Módulo 1: Composição da Remuneração

Composição da Remuneração		Valor R\$
A	Salário Base	
B	Outros Adicionais	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Descanso Semanal Remunerado	
E	Adicional de Hora Extra	
F	Intervalo Intra jornada	
G	Outros (especificar)	
Total da Remuneração (TR)		

Módulo 2: Benefícios Mensais e Diários

Benefícios Mensais e Diários		Valor R\$
A	Transporte	
B	Auxílio Alimentação (vales, cesta básica, etc)	
C	Assistência Médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
Total de benefícios mensais e diários		

Módulo 3: Insumos Diversos

Insumos Diversos		Valor R\$
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (EPI's)	
Total de insumos diversos		

Módulo 4: Encargos Sociais e Trabalhistas

Submódulo 4.1 - Encargos Previdenciários e FGTS

Encargos Previdenciários e FGTS		Valor R\$
A	INSS	
B	SESI ou SESC	
C	SENAI ou SENAC	
D	INCRA	
E	Salário Educação	

LICITAÇÃO n° 032/2025

Companhia Campoparguense de Energia – COCEL
 Fone (41) 3032-9200 - R. Rui Barbosa, 520 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
 CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00

F	FGTS	
G	Seguro Acidente de Trabalho	
H	SEBRAE	
Total		

Submódulo 4.2 – 13º Salário e Adicional de Férias

13º Salário e Adicional de Férias		Valor R\$
A	13º Salário	
B	1/3 de Férias Constitucional	
Subtotal		
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º salário e adicional de férias	
Total		

Submódulo 4.3 – Afastamento Maternidade

Afastamento Maternidade		Valor R\$
A	Afastamento Maternidade	
B	Incidência do Submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	
Total		

Submódulo 4.4 – Provisão para Rescisão

Provisão para Rescisão		Valor R\$
A	Aviso prévio indenizado	
B	Adicional aviso prévio indenizado	
C	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	
D	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	
E	Aviso prévio trabalhado	
F	Reflexos no aviso prévio indenizado	
G	Contribuição Social	
H	Indenização adicional	
I	Férias indenizadas ou proporcionais	
J	1/3 de férias indenizadas ou proporcionais	
K	Abono pecuniário	
L	1/3 constitucionais do abono	
M	FGTS s/aviso prévio	
N	Incidência sobre sal. maternidade	
O	Incidência sobre 13º sal. Aviso prévio	

LICITAÇÃO n.º 032/2025

Companhia Campoparguense de Energia – COCEL
 Fone (41) 3032-9200 - R. Rui Barbosa, 520 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
 CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00

P	Incidência dos encargos sociais sobre o custo de reposição + verbas indenizatórias	
Total		

Submódulo 4.5 – Custo de Reposição do Profissional Ausente

Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor R\$
A	Férias	
B	Ausência por doença	
C	Licença Paternidade	
D	Ausências Legais	
E	Ausência por Acidente de trabalho	
F	Outros (específica)	
Subtotal		
G	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	
Total		

Quadro Resumo – Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas

Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas		Valor R\$
A	Encargos previdenciários, FGTS e outras contribuições	
B	13º salário e adicional de férias	
C	Afastamento maternidade	
D	Custo de Rescisão	
E	Custo de reposição do profissional ausente	
F	Outros (especificar)	
Total		

Módulo 5 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro

Custos Indiretos, Tributos e Lucro		Percentual	Valor R\$
A	Custos indiretos		
B	Lucro		
C	Tributos		
	C1. Tributos Federais (especificar)		
	C2. Tributos Estaduais (especificar)		
	C3. Tributos Municipais (especificar)		
	Total		

Nota (1): Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota (2): O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR POSTO

Resumo do custo por posto (total)		Valor R\$
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 – Benefícios Mensais e Diários	
C	Módulo 3 – Insumos Diversos	
D	Módulo 4 – Encargos Sociais e Trabalhistas	
	Subtotal (A=B=C)	
E	Módulo 5 – Custos indiretos, tributo e lucro	
Valor mensal TOTAL do posto de trabalho		

VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (valor mensal dos serviços x 12 (doze) meses de execução contratual.	R\$
--	------------

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA PARA O ITEM ÚNICO: R\$.....(.....)

6. declaramos que confirmaremos com nova proposta, no prazo de até 03 (três) dias úteis, os itens que foram apresentados lances com novos preços, e julgado como vencedor do certame;

7. declaramos ainda que, nos preços estão incluídos os custos diretos e indiretos, bem como administração, lucro e imprevistos, inclusive todos os tributos (ICMS, SUBST., IPI E OUTROS) sujeitos em decorrência da presente Proposta;

8. que concordamos com as demais disposições do Edital, e reconhecemos à **COCEL**, o direito de aceitar ou rejeitar todas as propostas sem que nos assista qualquer direito indenizatório.

Local e data.

Assinatura do proponente

(Representante Legal da Empresa ou Procurador)

Dados da empresa para formalização do contrato caso sejamos vencedor:

Razão Social: _____

Endereço: _____

Município: _____ UF: _____ CEP: _____

Telefone: _____ Fax: _____

CNPJ: _____ Insc. Est.: _____

Email: _____

LICITAÇÃO n° 032/2025

Companhia Campoparguense de Energia – COCEL
 Fone (41) 3032-9200 - R. Rui Barbosa, 520 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
 CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00

**REPRESENTANTE LEGAL:**

Nome: _____

Endereço: _____

Município: _____ UF: _____ CEP: _____

CPF/MF: _____ Cargo/Função: _____

CIRG N.º: _____ Expedida por: _____

Email: _____



ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO
CONTRATO ESTATAL N.º/2025

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
VIGILÂNCIA DESARMADA QUE ENTRE SI CELEBRAM
A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA -
COCEL E**

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, sediada na Rua Rui Barbosa, 520, no Município de Campo Largo - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.805.895/0001-30, neste ato representada, na forma de seu estatuto social, pelo seu Diretor Presidente **RAFAEL ROGISKI**, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Campo Largo - Paraná, ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa, sediada na Rua, no Município de, Estado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º, neste ato representada, pelo Sr., inscrito no CPF/MF sob o n.º....., ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições adiante ajustadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste contrato, a prestação de serviços de vigilância desarmada para a Contratante por um período de 12 (doze meses).

1.1.1 Prestação de serviços de **VIGILANCIA DESARMADA**, de segunda à sexta-feira, com carga horária semanal de 44 horas, sendo a jornada de trabalho de 8h48 diárias, das 07h30 às 17h18, com 01 (uma) hora de intervalo de almoço, podendo haver alterações no horário diurno, para a **SEDE** da **COCEL**.

1.1.1.1 A prestação de serviços de Vigia desarmado deverá compreender:

- a) Guarda e proteção do patrimônio da sede da Cotel;
- b) Monitoramento preventivo das áreas internas e externas;
- c) Controle de acesso ao pátio da Cotel de empregados, terceiros e veículos;
- d) Controle de acesso, permitindo a entrada somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- e) Registro diário de entrada e saída de veículos;
- f) Fiscalização do fluxo de pessoas, com especial atenção àquelas não vinculadas ao serviço, nas áreas de entrada e saída;
- g) Comunicação imediata às autoridades em casos de suspeita de ilícitos;



- h) Adoção de medidas preventivas diante de eventuais ilícitos cometidos contra o patrimônio da Cotel, ou contra servidores e munícipes que estejam no imóvel vigiado conforme orientação e dentro dos limites legais.
- i) Comunicação de qualquer irregularidade observada que possa comprometer o patrimônio da COCEL;
- j) Recebimento de correspondências.

1.1.1.2 Para o desempenho do serviço de Vigia Desarmado é obrigatório:

- a) O profissional designado ter idade mínima de 21 anos;
- b) O profissional designado possuir escolaridade mínima Ensino Fundamental Completo;
- c) A CONTRATADA apresentar a CONTRATANTE o atestado negativo de antecedentes criminais dos profissionais oferecidos para atuar nas instalações da Administração;
- d) Uniforme padronizado;
- e) Crachá de Identificação padronizado;
- f) Fornecimento de benefícios suplementares (auxílio transporte, auxílio alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força da lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho;

1.1.1.3 Os serviços deverão ser realizados em nossa **SEDE** à Rua Rui Barbosa, 520 - Centro - CAMPO LARGO - PR.

1.2 Este Contrato é decorrente da **Licitação nº 032/2025** e da Proposta Comercial de ____/____/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos objetos, definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

2.1.1 - **Edital de Licitação n.º 032/2025**, de 23 de julho de 2025 e respectivos Anexos;

2.1.2 - Proposta Comercial da Contratada.

2.2 Os documentos referidos definem os direitos e as obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO LOCAL DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços de vigilância desarmada, deverão ser realizados em nossa **Sede**, localizada na Rua Rui Barbosa, 520 - Campo Largo - PR.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

4.1 - O valor para a execução dos serviços objeto do presente contrato é de **R\$ (....)** mensal, totalizando **R\$ (.....), pelo período de 12 (doze) meses.**

4.2 – Transcorridos 12 (doze) meses da execução contratual, a Contratada poderá solicitar a repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, desde que demonstrada à variação analítica dos componentes de custos da parcela referente à mão de obra do contrato, conforme disciplina o art. 180 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

4.3 - É vedado à **CONTRATADA** pleitear qualquer adicional de preço por faltas ou omissões que porventura venham a ser constatada em sua Proposta, com relação a imprevistos, lucros, mão-de-obra especializada necessária para a execução do objeto, despesas de transporte, combustível, manutenção de veículo, refeições, hospedagem, pequenas despesas, horas extras, despesas de viagem, administração, encargos fiscais, trabalhistas e sociais.

4.4 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado através de Nota Fiscal/Fatura emitida pela **CONTRATADA**.

5.2 - O pagamento pela prestação dos serviços será efetuado no 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês da execução do serviço, mediante entrega da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, na sede da **CONTRATANTE** e o atesto do Gestor do Contrato.

5.3 - A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de descontar do faturamento mensal os débitos da **CONTRATADA** e as multas previstas na CLÁUSULA NONA.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - A **CONTRATADA**, além dos demais encargos previstos neste contrato e em seus anexos que o integram, obriga-se a:

6.1.1 - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste contrato de modo a conduzi-los eficientemente, de acordo com as especificações técnicas fornecidas pela **CONTRATANTE** nos prazos previamente determinados e de acordo com as normas que regem o setor elétrico brasileiro.

6.1.2 - Conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas, em estrita observância às legislações federal, estadual e municipal, devendo, ainda, conduzir os serviços e o seu pessoal de modo a formar junto ao público uma boa imagem da **CONTRATANTE** e de si própria.

6.1.3 - Transportar às suas expensas, seu pessoal necessário aos serviços.

6.1.4 - Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seu pessoal, podendo a **CONTRATANTE** exigir o afastamento imediato do empregado da **CONTRATADA**, cuja permanência seja considerada prejudicial às relações da **CONTRATANTE** com autoridades e particulares.

6.1.5 - Contratar todos os seguros a que estiver obrigada pelas leis brasileiras, em qualquer tempo, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

6.1.6 - Obedecer às exigências do Código Nacional de Trânsito e demais normas pertinentes em relação ao transporte de pessoas.

6.1.7 - Manter um representante autorizado, devidamente credenciado, por escrito, para receber da **CONTRATANTE** as instruções, bem como proporcionar toda assistência e facilidades necessárias ao bom cumprimento e desempenho das inspeções, sanando, de imediato, as irregularidades apontadas;

6.1.8 - A **CONTRATADA** é responsável direta e exclusivamente pela execução do objeto deste contrato e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a **CONTRATANTE** ou para terceiros;

6.1.9 - A **CONTRATADA** não reivindicará da **CONTRATANTE**, qualquer indenização por perdas, danos a bens de sua propriedade ou de terceiros sob sua responsabilidade;

6.1.10 - Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte da **CONTRATANTE**, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços ou a terceiros quando resultantes de imprudência, imperícia ou negligência de seus empregados ou de qualquer pessoa que estiver desempenhando atividade junto aos serviços sob a responsabilidade da **CONTRATADA**;

6.1.11 - Adotar todas as medidas de segurança, inclusive as que a **CONTRATANTE** julgar necessárias à execução dos serviços e preservação dos bens e interesses próprios da **CONTRATANTE** e de terceiros em geral, assumindo os ônus decorrentes;

6.1.12 - Não poderá ser responsável técnico do contrato, empregado pertencente ao quadro de funcionários da **CONTRATANTE**.

6.1.13 - Utilizar-se somente de pessoal habilitado para os serviços que se fizerem necessários para a execução do Contrato;

6.1.14 - Responsabilizar-se pela integral prestação dos serviços dentro dos padrões de qualidade e quantidade exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor;

6.1.15 - Reparar ou refazer, exclusivamente às suas expensas, os serviços inadequadamente executados, sanando todos os defeitos dentro dos prazos estipulados.

6.1.16 - Apresentar mensalmente à **CONTRATANTE**, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, compostos dos seguintes documentos, referentes ao mês anterior, sob pena de bloqueio do pagamento até que sejam apresentados:

- a)** Folha de pagamento;
- b)** Guia de recolhimento do FGTS;
- c)** Guia de Recolhimento do INSS;
- d)** Guia de recolhimento do ISS;

- e)** Relação dos empregados que atuam diretamente na execução do objeto do contrato;
- f)** Holerite assinado pelo colaborador;
- g)** Comprovante de depósito do valor constante no holerite, do mês corrente;
- h)** Comprovante de disponibilização do vale alimentação e demais benefícios que constam em convenção coletiva;
- i)** Prova de regularidade para com a Seguridade Social, através da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND ou CPD-EN);
- j)** Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- k)** Prova de regularidade trabalhista através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

6.1.17 Apresentar a CONTRATANTE a documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão de contrato, após o último mês de prestação de serviços; no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data de extinção ou rescisão:

- a) Termo de rescisão do contrato de trabalho do empregado prestador de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- b) Guias de recolhimento e comprovante de pagamento da contribuição previdenciária e do FGTS, referente à rescisão contratual;
- c) ASO demissional (atestado de saúde ocupacional) conforme função da CTPS e de acordo com os exames indicados no PCMSO;

6.1.18 - Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.19 - A **CONTRATADA** se obriga a providenciar a substituição do empregado, por motivo de falta, **até no máximo 02 horas** a partir do horário de trabalho, e substituição no período de férias, licença ou demissão, de forma a evitar a interrupção dos serviços.

6.1.20 - Realizar o pagamento dos salários aos profissionais envolvidos nos serviços, até o 5º dia útil do mês subsequente, possibilitando a conferência do pagamento por parte da Administração sempre que solicitado.

6.1.21 A **CONTRATADA** se obriga a respeitar, rigorosamente, durante o período de vigência do contrato, as normas de higiene e segurança, Lei 6.514 de 22 de dezembro de 1977, por cujos encargos responderão, devendo observar também os requisitos de qualidade, determinados pela **CONTRATANTE**.

6.1.22 - A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação ao empregado vinculado ao contrato.

6.1.23 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando forem vítimas seus empregados no



desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Contratante.

6.1.24 - Respeitar normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso as dependências.

6.1.26 Fornecer gratuitamente e exigir do seu empregado à utilização de uniforme, crachá e dos equipamentos de segurança individuais e coletivos.

6.1.27 Não divulgar dados contratuais nem oferecer informações a terceiros sem autorização prévia da **CONTRATANTE** por escrito;

6.1.28 Prestar os serviços de acordo com as condições e obrigações constantes do Anexo I do Edital de Licitação – Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Constituem obrigações da **CONTRATANTE** durante a vigência do presente contrato:

7.1.1 - Fornecer à **CONTRATADA** as informações (rol) e especificações necessárias à correta execução dos serviços.

7.1.2 - Esclarecer à **CONTRATADA**, em tempo hábil, toda e qualquer dúvida com referência a execução dos serviços.

7.1.3 Inspeccionar os serviços executados.

7.1.4 Pagar à **CONTRATADA** as faturas apresentadas e aceitas nas condições estabelecidas na Cláusula Quinta deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1 O contrato, objeto da presente licitação, inicia-se na data da assinatura do contrato, com a efetiva prestação dos serviços, e terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitando-se a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo, com fundamento no art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

8.2 - Em caso de prorrogação do prazo de execução dos serviços, o valor pela execução do objeto da presente licitação poderá ser reajustado a cada período de 12 (doze) meses, tomando-se os valores e corrigindo monetariamente pelo IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA NONA: PENALIDADES

9.1 – O não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, garantida a previa defesa na forma da lei, sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes penalidades:

9.1.1 - De 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato.

9.1.2 - Dez por cento (10%) sobre o saldo do valor do contrato, por inexecução parcial;

9.1.3 - Três por cento (3%) sobre o valor do contrato, em decorrência do descumprimento de quaisquer das demais obrigações assumidas, sobre as quais já não se tenha estabelecido penalidade.

9.1.4 - Advertências por escrito, em decorrência do descumprimento de quaisquer obrigações assumidas.

9.1.5 Impedimento de participação em licitações no âmbito da **CONTRATANTE**, com a possibilidade de suspensão cadastral, por inexecução total ou parcial do contrato, em especial pelo descumprimento das obrigações contidas no Guia de Orientações de Segurança e Saúde do Trabalho para Empresas Contratadas.

i. A aplicação de multas e eventuais danos ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** serão objeto de notificação e seu valor será deduzido dos pagamentos que esta vier a fazer à **CONTRATADA**. Não havendo crédito ou se for este insuficiente para cobrir a importância devida, deverá a **CONTRATADA** efetuar imediatamente o recolhimento do saldo devedor, através de fatura emitida para este fim específico, ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

ii. Os motivos de casos fortuitos ou de força maior deverão ser devidamente comunicados à COCEL e comprovados dentro de cinco dias a partir de sua ocorrência, para que possam ser analisados e considerados válidos, a critério da **CONTRATANTE**.

iii. A aplicação de penalidades à **CONTRATADA** por órgãos externos competentes, relativas à execução do objeto deste contrato, poderá ensejar a adoção de medidas pela COCEL, inclusive a rescisão contratual.

9.2 - A inexecução parcial ou total do contrato, também importará à **CONTRATADA** a suspensão do direito de licitar com a **CONTRATANTE** por um período de 02 (dois) anos, contados da aplicação de tal medida punitiva, bem como a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

9.3 - Será propiciada defesa à **CONTRATADA** antes da imposição das penalidades elencadas nos itens precedentes.

9.4 - O valor da multa aplicada, após o regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE** ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

9.5 As penalidades aplicadas serão objeto de anotação no registro cadastral da **CONTRATANTE**, influenciando na habilitação para futuras contratações.

9.6 As multas estabelecidas nesta cláusula serão aplicadas ressalvada a responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais prejuízos excedentes, nos termos do artigo 416, parágrafo único, da Lei n.º 10406 de 10.01.2002 (Código Civil Brasileiro), cujo valor será apurado em ação própria e na fase processual adequada, caso não haja consenso entre as partes.

9.7 As sanções poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:

I – por ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à COCEL, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

II - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

III - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

IV - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a COCEL em virtude de atos ilícitos praticados.

9.8 Na aplicação das penalidades, a COCEL considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da contratada, podendo deixar de aplicá-las, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela **CONTRATADA**, em parecer motivado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da ocorrência do evento, se admitidas as suas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 170 a 174 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBCONTRATAÇÕES

11.1 - A **CONTRATADA** não poderá subcontratar o objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 A **CONTRATANTE** poderá rescindir o Contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à **CONTRATADA** qualquer direito a indenização, na ocorrência das seguintes hipóteses:

12.1.1 Não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos, normas e recomendações ou prazos;

12.1.2 Cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações e prazos;

12.1.3 Subcontratação total ou parcial do seu objeto, sem observância do disposto na cláusula doze do presente contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação;

12.1.4 Imperícia, negligência, imprudência ou desídia, por parte da **CONTRATADA**, na realização dos serviços ora contratados;

12.1.5 Interrupção dos serviços, por exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, por mais de 5 (cinco) dias consecutivos, sem comprovada justificativa apresentada a **CONTRATANTE** por escrito e por ela aceita;

12.1.6 Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa **CONTRATADA** que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste Contrato;

12.1.7 Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da **CONTRATADA**;

12.1.8 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a

CONTRATADA, ou situações de força maior ou caso fortuito que impossibilitem a **CONTRATADA** de cumprir com suas obrigações;

12.1.9 Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, assim como a de seus superiores.

12.2 A rescisão do presente contrato poderá se dar sob quaisquer das formas previstas conforme disposto no Edital, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL e na Lei nº 13.303/16, com as consequências neles previstas.

Parágrafo Único: Caso ocorra a rescisão do Contrato, tácita ou expressamente, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** apenas os valores dos serviços executados e aceitos até a data da rescisão, sem que haja qualquer direito à reclamação ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: LEIS E REGULAMENTOS

13.1 – A **CONTRATADA** será responsável e indenizará a **CONTRATANTE** e seus agentes representantes contra quaisquer reivindicações, exigências, ações, danos, custos, débitos ou despesas provenientes de transgressão ou alegada transgressão de leis ou nelas baseadas, inclusive por quaisquer ordens ou instrumentos, tanto suas como de seus profissionais.

13.2 – A **CONTRATADA** será debitada de todas as despesas, honorários e depósitos que possam ser requeridos em cumprimento a lei, relativos à prestação dos SERVIÇOS para cumprimento deste CONTRATO.

13.3 – Aplicam-se a este contrato as disposições: da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021, o qual estabelece as regras de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica; Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL; Lei nº 13.303/16; Lei nº 8.078/90; Lei nº 8.137/90; Lei nº 8.429/92; Lei Complementar nº 123/06; Resoluções Normativas dos Órgãos Reguladores; Normas e Manuais Técnicos da COCEL; às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho; às legislações Federal, Estadual e Municipal e outras legislações quando couber.

13.4 – O presente contrato não gera vínculo empregatício, de qualquer natureza, entre a **CONTRATADA** e seus colaboradores e a **CONTRATANTE**, pois tem caráter de serviço autônomo prestado por tempo/prazo e condições determinadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: NOVAÇÃO

14.1 – A não utilização por parte da **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos a ela assegurados neste CONTRATO ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

14.2 – Todos os recursos postos à disposição da **CONTRATANTE** neste Contrato serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: VALOR DO CONTRATO

15.1 – As partes **CONTRATANTES** dão ao presente contrato o valor global estimado de **R\$...... ()**, para todos os legais e jurídicos efeitos.

15.2 Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE**, em reais, com recursos vinculados ao orçamento anual, vinculados às seguintes classificações contábeis:

Item orçamentário
3510.08.012

Parágrafo Primeiro: O preço dos serviços ora contratados já inclui:

- a) A remuneração dos serviços necessários à execução dos trabalhos;
- b) Todos os tributos, contribuições exigidas pela legislação em vigor, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, a administração e lucros da **CONTRATADA**;
- c) Todos os materiais e documentos entendidos como necessários pela **CONTRATANTE** para que o objeto deste contrato seja considerado completo;
- d) Locomoção de qualquer natureza, alimentação e alojamento de pessoal;
- e) Ferramentais necessários à execução dos serviços;
- f) Despesas com seguro de qualquer natureza;
- g) Imposto Municipal ISS - Imposto Sobre Serviços

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – IMPOSTOS, TAXAS E DEMAIS OBRIGAÇÕES FISCAIS

16.1. Caberá à **CONTRATADA** o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou vierem a incidir sobre o objeto da contratação, até o recebimento definitivo dos serviços, bem como, ficará responsável por reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

16.2. A contratada deverá manter durante a vigência da execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação necessárias para a contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS SERVIÇOS

17.1 A **CONTRATANTE** poderá, em qualquer ocasião, suspender a execução do(s) serviço(s) previstos no objeto do contrato, através de comunicação por escrito à **CONTRATADA**:

17.1.1 Quando da suspensão, caberá à **CONTRATADA** receber o valor dos serviços até então executados e aceitos pela **CONTRATANTE**;

17.1.2 Quando a suspensão, for causada por fato atribuído à **CONTRATANTE**, não assistirá à **CONTRATADA** o direito de pleitear pagamentos de quaisquer despesas resultantes da

suspensão, ressalvados aqueles referente aos serviços até então e aceitos pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO

18.1 A **CONTRATADA** declara ter conhecimento das "Normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho para Empreiteiras", estabelecidas pelas normas e instruções pertinentes a matéria, obrigando-se a respeitá-las, bem como fazê-las cumprir, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

19.1 Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 170 a 174 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1 - A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** comprometem-se a cumprir com as obrigações e requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável ("Dados Pessoais") vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD"), Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 ("Marco Civil da Internet"), Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor"), Lei Complementar nº 166, de 08 de abril de 2019 ("Lei do Cadastro Positivo") e Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 ("Lei de Acesso à Informação"), conforme aplicável;

20.1.1 - Além destas obrigações, a **CONTRATADA** também deverá:

I - Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais pela **COCEL**;

II - Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter a COCEL em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais;

III - Garantir que qualquer atividade realizada que utilize Dados Pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração ("Tratamento") resultante do objeto do presente Contrato, bem como o uso e marketing de tais dados, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais e sejam consistentes com a Política LGPD, visando conformidade com a legislação brasileira e internacional de proteção de dados pessoais;

IV - Não realizar qualquer Tratamento de Dados Pessoais, resultantes da execução do Contrato, sem enquadramento em uma das bases legais estipuladas no art. 7º da LGPD;

V - Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais;

VI - Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoais como resultado do presente Contrato com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais;

VII - Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais;

VIII - A **CONTRATADA** não poderá subcontratar nenhuma das suas atividades de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do presente Contrato, sem o prévio e expresso consentimento da **COCEL**. Havendo subcontratação, a **CONTRATADA** deverá celebrar contrato por escrito com a subcontratada contendo as mesmas obrigações no que se refere à Proteção de Dados Pessoais dispostas no presente Contrato. Em caso de descumprimento pela subcontratada das obrigações em matéria de Proteção de Dados Pessoais que lhe incumbem nos termos do referido contrato por escrito, a **CONTRATADA** continua a ser plenamente responsável perante a **CONTRATANTE** pelo cumprimento destas obrigações;

IX - Comunicar a **COCEL** imediatamente e em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas em caso de incidentes e/ou vazamentos envolvendo dados resultantes do tratamento de Dados Pessoais obtidos para a execução do presente Contrato.

20.1.2 - A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** desde já pactuam que o descumprimento por uma das Partes, de qualquer Legislação de Proteção de Dados Pessoais, das políticas da COCEL ou das provisões contidas nesta cláusula gerará obrigação da Parte culpada em indenizar, defender e manter isento(a)(s) a(s) outra(s) Parte(s) e suas entidades afiliadas, conselheiros, diretores, executivos e empregados de todas as responsabilidades, perdas, os danos, prejuízos, custos, despesas, ações, processos, demandas, multas e penalidades decorrentes do descumprimento, por uma das Partes, de suas obrigações, declarações e garantias previstas nesta Cláusula, sendo que nenhuma limitação de responsabilidade eventualmente acordada neste Contrato será aplicada para as indenizações por descumprimento das obrigações desta Cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA ÉTICA E INTEGRIDADE

21.1 - A **CONTRATADA** deverá observar, durante a vigência do presente contrato, o disposto na Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

21.1.1 - A **CONTRATADA** deverá conhecer os princípios éticos e compromissos definidos no Código de Conduta da COCEL - disponível em seu sítio eletrônico (<http://transparencia.cocel.com.br/codigo-de-conduta-etica/>). Dessa forma, não caberá à CONTRATADA quaisquer reclamações posteriores quanto às sanções aplicadas em virtude de descumprimento do referido Código e disposições legais contidas na Lei 12.846/2013.

21.1.2 - A **CONTRATADA**, sem excluir o dever da **CONTRATANTE**, está obrigada a fiscalizar o cumprimento da presente Cláusula, instruindo e dando ciência a todos aqueles que atuem em seu nome, para a execução do presente Contrato, visando à prevenção, detecção e combate de atos lesivos.



21.1.3 – A **CONTRATADA** se compromete a denunciar, imediatamente, a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio do Canal de Denúncias da **CONTRATANTE**, por telefone ou pelo e-mail:

a) 0800 726 2212

b) ouvidoria@cocel.com.br

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

22.1 A CONTRATADA compromete-se a cumprir as diretrizes da Declaração Universal de Direitos Humanos, garantindo que as suas atividades estejam em conformidade com os documentos aqui citados, conforme itens abaixo:

22.1.1 - Responsabilidade Social:

22.1.1.1 - Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, e envidar esforços junto aos seus fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido, inclusive quanto às obrigações expressas no compromisso pelo combate à escravidão promovido pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia;

22.1.1.2 - Não empregar menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

22.1.1.3 - Não permitir a exploração sexual de crianças e adolescentes na sua área de influência;

22.1.1.4 - Não permitir a prática de assédio moral e/ou sexual no ambiente de trabalho, bem como de discriminação com relação a sexo, gênero, origem, raça, cor, condição física, saúde, religião, estado civil, idade, situação familiar, estado gravídico, orientação sexual, ou quaisquer outras formas de discriminação, envidando esforços nesse sentido junto aos seus fornecedores, e divulgando os canais de denúncia, próprios ou públicos;

22.1.1.5 - Garantir segurança e dignidade aos seus empregados, vinculados à execução deste contrato, no que diz respeito a: saneamento básico, higiene, transporte, alimentação e acomodação dos empregados vinculados à prestação do serviço.

22.1.2. Responsabilidade Ambiental:

22.1.2.1 - Proteger e preservar o meio ambiente e prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância, à legislação e normas emanadas das esferas federal, estaduais e municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), envidando esforços nesse sentido junto aos seus fornecedores;

22.1.2.2 - Observar a Lei Federal nº 12.305, de 03 de agosto de 2010 e o Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, quanto ao correto gerenciamento (geração, segregação, manuseio, armazenamento, transporte e destinação) dos resíduos sólidos provenientes de suas atividades.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DA MATRIZ DE RISCOS

23.1 - Nesta cláusula definem-se os riscos e as responsabilidades entre a COCEL e a CONTRATADA, sendo que a matriz de riscos caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

23.2 - A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do Contrato, conforme hipóteses elencadas no Anexo "Matriz de Riscos", do Edital.

23.3 - A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do Contrato quando estes competirem à COCEL, conforme estabelecido no Anexo "Matriz de Riscos", do Edital.

23.4 - Ressalta-se que o Anexo "Matriz de Riscos", do Edital, constitui peça integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

23.5 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no Anexo "Matriz de Riscos", do Edital, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a COCEL sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a)** Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;
- b)** As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c)** As medidas que irão tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d)** As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e
- e)** Outras informações relevantes.

23.6 - Após a notificação, a COCEL poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA e decidirá quanto à responsabilidade pelo ocorrido. A forma e o prazo para resolução serão acordados entre a COCEL e a CONTRATADA.

23.7 - Avaliada a gravidade do evento, a COCEL e a CONTRATADA, mediante acordo, decidirão quanto à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento estejam cobertas por Terceiro (Ex.: Seguradora), se houver.

23.8 - O reconhecimento pela COCEL dos eventos descritos no Anexo "Matriz de Riscos", do Edital, que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente à CONTRATADA, não dará ensejo de recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

23.9 - As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pela COCEL e pela CONTRATADA em até 01 (um) dia útil ou



conforme prazo específico definido em cláusula contratual, contados da data da ocorrência do evento.

23.10 - Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do Contrato, não previstos no Anexo “Matriz de Riscos”, do Edital, serão decididos mediante acordo entre a COCEL e a CONTRATADA, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

23.11 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

23.12 - O Contrato poderá ser rescindido quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos do evento tenham sido tomadas e, mesmo assim, a manutenção do contrato tenha se tornado impossível ou inviável nas condições existentes ou, ainda, seja excessivamente onerosa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: GESTOR DO CONTRATO

24.1 - Para efeitos deste Contrato, a **CONTRATANTE** designa como gestor a Gerente da Divisão de Recursos Humanos, Sra. ANNELIZE KARYNE COELHO MAZUL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: FORO

25.1 - Para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Campo Largo – PR, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente CONTRATO na data abaixo indicada, em 02 (duas) vias, e rubricam os demais documentos de Contrato, os quais foram lidos, achados conforme e aceitos, na presença das testemunhas que também o assinam.

Campo Largo, de de 2025.

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

Rafael Rogiski – Diretor Presidente

CONTRATADA

LICITAÇÃO n° 032/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

Fone (41) 3032-9200 - R. Rui Barbosa, 520 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

Nome:

GESTORA DO CONTRATO:

Annelize Karyne Coelho Mazul
Divisão de Recursos Humanos

ANEXO VII**MATRIZ DE RISCOS**

ITEM	RISCO/DEFINIÇÃO	IMPACTOS	RESPONSABILIDADE	MITIGAÇÃO
1	O processo de seleção demorar mais do que o planejado e a empresa contratada não ter tempo para iniciar o contrato com todos os funcionários e uniformes e EPIs necessários.	Aumento do risco de acidentes e doenças ocupacionais, penalidades contratuais	CONTRATADA	Acompanhar a implementação do contrato a fim de evitar problemas, iniciar contrato apenas com os EPIs e dar prazo para as entregas de uniformes.
2	Empresa vencedora do certame oferecer preço inexecutável ou com custos equivocados.	Inexecução contratual.	AGENTE DE LICITAÇÃO	Desclassificar empresa com proposta inexecutável e convocar a próxima colocada.
3	Execução dos serviços em descordo com o contrato.	Prejuízos financeiros, atrasos e interrupções de serviços, multas e sanções.	CONTRATADA / GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	Fiscalização acompanhar o contrato, notificar a empresa e sugerir formas de melhorar sua gestão dos serviços. Realizar avaliações periódicas dos serviços; adotar indicadores de níveis de desempenho; exigir, mensalmente, comprovação de quitação das obrigações trabalhistas e sociais.
4	Acidentes de trabalho.	Perda de produtividade, danos à imagem da empresa, custos com ações judiciais e processos trabalhistas, Lesões físicas e psicológicas ao trabalhador	COMPARTILHADO	CONTRATADA - Atendimento a legislação vigente, manutenção de ambiente e comportamentos seguros, ressarcimento de todos custos advindos de acidentes de trabalho e/ou ações trabalhistas bem como pelos atrasos nos prazos gerados pelas ocorrências de acidente de trabalho conforme condições previstas no Contrato. CONTRATANTE - Comunicação imediata à Contratada de qualquer ambiente ou comportamento inseguro

LICITAÇÃO n° 032/2025

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

 Fone (41) 3032-9200 - R. Rui Barbosa, 520 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
 CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00

				detectado por sua fiscalização dentro da área de execução do objeto do contrato.
5	Deficiência de recursos humanos para atendimento aos serviços previstos no objeto do contrato.	Queda na qualidade dos serviços, aumento de custos e até mesmo a rescisão contratual.	CONTRATADA	Proceder, sempre que necessário, a reposição do posto de trabalho, no tempo e locais definidos, para assegurar o cumprimento do objeto do contrato, conforme estabelecido nas cláusulas contratuais. (Ex.: Férias, ausências legais e/ou qualquer tipo de absenteísmo)
6	Escassez de mão de obra	Redução da produção e aumento de Custos, aumento da rotatividade e impacto na qualidade dos serviços	CONTRATADA	Avaliar o mercado de trabalho em relação às funções e capacitações da mão de obra necessária para viabilizar a execução do contrato.
7	Reclamação de consumidores, em função de mal comportamento ou atos praticados pelo empregado do contrato, quando procedentes.	Danos à Reputação da empresa, Perdas Financeiras, Responsabilidade Civil.	COMPARTILHADO	CONTRATADA: Responsável pela conduta e comportamento de seus empregados, devendo adotar as medidas cabíveis. CONTRATANTE: Responsável por tomar as medidas contratuais cabíveis.

Obrigações de Resultado em que haverá liberdade para inovar , seja em metodologias ou tecnologias, ou seja, fração do objeto em que poderá ser modificado o delineado no anteprojeto e/ou projeto básico, a título de risco da Contratada sempre que não houver	Não há, pois a existência do conjunto de Normas, Manuais e Sistemas de Informações para execução do objeto contratado determina a adoção de padrões e procedimentos previamente definidos.
--	--